



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

**Requer da Excelentíssima
Ministra da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento
do Brasil, Senhora (MAPA),
Senhora Tereza Cristina,
informações sobre o
Programa Titula Brasil.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero seja encaminhado à Excelentíssima Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Senhora (MAPA), Senhora Tereza Cristina, requerimento de informação sobre o Programa Titula Brasil, nos seguintes termos:

- 1) O uso da tecnologia pode contribuir bastante para facilitar a concessão de títulos de propriedade e evitar fraudes. O Ministério acredita que somente com o monitoramento por georreferenciamento via satélite será suficiente para solucionar a questão da regularização fundiária?
- 2) Ambientalistas alegam que a fiscalização presencial é essencial para garantir que a terra regularizada não seja alvo de grileiros ou esteja em disputa entre famílias. Qual o risco de grilagem com o Programa Titula Brasil e quais as providências estão sendo tomadas para evitar a sua ocorrência?
- 3) Servidores reclamam da falta de estrutura do Incra, que queria ampliar a fiscalização remota de propriedades. Quais as principais dificuldades

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 933 – CEP 70160-900 –
Brasília/DF
Tels (61) 3215-5933/1933

Apresentação: 08/12/2020 11:25 - Mesa

RIC n.1613/2020

Documento eletrônico assinado por Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), através do ponto SDR_56036,
na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato
da Mesa n. 80 de 2016.



* C B 2 0 7 3 7 0 8 0 7 2 0 0 *



apresentadas pelo Instituto para se adequar as atividades previstas no Programa?

- 4) Em 2019, o Incra não fez nenhuma vistoria presencial. Qual a possibilidade do Incra em realizar checagens remota e presencial?
- 5) O governo afirma que, com o apoio dos municípios, será mais fácil alcançar um público maior para a regularização de terras. Em que sentido esse apoio dos municípios poderá contribuir no avanço da regularização de terras?
- 6) Como serão estabelecidos os limites de atuação dos agentes municipais e quem será responsável por defini-los?
- 7) Quais são as ações dentro do Programa que permitirá que os processos de regularização fundiária aconteçam de forma célere?
- 8) Quais os ganhos que a regularização fundiária pode trazer para a agricultura familiar brasileira, principalmente no Estado do Amazonas?

Justificação

Em portaria conjunta publicada nessa quinta-feira (3), no Diário Oficial da União (DOU), o Governo dispõe sobre a criação do Programa Titula Brasil. O objetivo do programa é aumentar a capacidade operacional a fim de promover regularização fundiária das áreas rurais sob domínio da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ele será executado diretamente pelo Núcleo Municipal de Regularização Fundiária (NMRF).

A Portaria também prevê a participação voluntária dos municípios por meio de parcerias com o Incra, que será responsável por formular regras sobre o funcionamento do serviço, assim como treinar os funcionários. Desta forma, o Incra permitirá que municípios fiscalizem terras para regularização fundiária, implementará e coordenará o NMRF, além de capacitar os recursos humanos disponibilizados pelos municípios para realização dos trabalhos. Apesar de permitir que municípios fiscalizem terras para regularização fundiária, não haverá repasse de verba federal para o município que participar.





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Uma situação que se torna preocupante concerne à infraestrutura do Instituto, que deve ser adequada e suficiente para garantir o funcionamento das atividades previstas no Programa. Os servidores reclamam da falta de estrutura do Incra e destacam que não há mão de obra suficiente para acompanhar todos os processos presencial e remoto. Em 2019, o Instituto não fez nenhuma vistoria presencial, uma atividade que, segundo os ambientalistas, é essencial para garantir que a terra regularizada não seja alvo de grileiros ou esteja em disputa entre famílias.

Apesar de diversas ações serem atribuídas ao Incra, a supervisão e o monitoramento das ações e dos resultados será feita pela Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, que também deverá formular e normatizar as diretrizes do programa.

Atualmente, a maior concentração de terras públicas sem destinação ocupadas está nos nove estados que compõem a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Maranhão). Segundo o governo, são cerca de 166.906 propriedades.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 07 de dezembro de 2020.

CAPITÃO ALBERTO NETO

Deputado Federal
Republicanos-AM

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 933 – CEP 70160-900 –
Brasília/DF
Tels (61) 3215-5933/1933

Apresentação: 08/12/2020 11:25 - Mesa

RIC n.16113/2020

Documento eletrônico assinado por Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), através do ponto SDR_56036, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 0 7 3 7 0 8 0 7 2 0 0 *